

# Nenhuma leitura é natural: o livro como signo

*No Reading Is Natural: the Book as a Sign*

**João Adolfo Hansen** | ensaiogeralrevistaeletronica@gmail.com

Professor titular do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da USP

**Resumo** Além de objeto físico, sujeito a processos fabris ou industriais de produção e comercialização, o livro é também um signo – e, enquanto tal, só faz sentido quando é lido. O ato de ler, apesar de culturalmente naturalizado, é uma construção social, atravessado por (in) determinações variadas, sempre parciais e historicamente datadas. Este breve ensaio é sobre a artificialidade da leitura.

**Palavras-chave** leitura; interpretação; livro; signo; artificialidade

**Abstract** In addition to being a physical object, subject to manufacturing or industrial processes of production and commercialization, the book is also a sign – and as such, it only makes sense when it is read. The act of reading, although culturally naturalized, is a social construction, traversed by varied (in) determinations, always partial and historically dated. This brief essay is about the artificiality of reading.

**Keywords** reading; interpretation; book; sign; artificiality

Começo dizendo o que deve ser o mais óbvio para todos nós: nenhuma leitura é natural, pois qualquer leitura, desde as mais iletradas e ineptas até as mais técnicas e refinadas, é sempre uma formalidade prática que pressupõe outras formalidades simbólicas, sempre arbitrárias, ou seja, convencionais, artificiais, históricas, situadas e datadas. Por isso mesmo, proponho pensar esse intervalo “entre”, que é o intervalo existente entre o momento em que o autor inventa o texto e o tempo e o lugar em que acontece a leitura, em um campo de linguagem. Esse intervalo é ao mesmo tempo cronológico e semântico. Quanto maior é o tempo que separa o autor e o leitor, mais difícil é a leitura, pois os critérios de invenção do texto são outros. Podemos, é claro, falar sociologicamente da leitura, tratando de suas determinações sociais. Ou psicologicamente, tratando de seus processos mentais. Ou, ainda, da materialidade dos códigos bibliográficos e dos meios de comunicação dos textos, como hoje fazem a nova filologia inglesa e muitos historiadores culturais quando tratam de formas e modos de produção, circulação e recepção de textos manuscritos anteriores ao século XVIII. Mas, em todos os casos, a linguagem em que o texto é escrito é absolutamente prévia e determinante e falar da ordem simbólica que estrutura os textos e o leitor de livros como invenções historicamente situadas me parece pertinente para impedir o entendimento dos textos e dos leitores como natureza, que é o que hoje ocorre cada vez mais, quando os processos neoliberais de desistoricização da experiência fazem o imaginário existir como se não existisse o simbólico, como vemos na indústria cultural e na mídia.

Quero dizer: o livro é uma obra acabada sempre inacabada porque sempre aberta às iniciativas de leitores de diversas mediações sociais, dotados de competências culturais diversas em diferentes situações sociais. Por exemplo, no caso do livro de ficção, acreditamos que aquilo que o crítico literário e o historiador literário dizem é o significado e o sentido dele. Será mesmo assim? O crítico literário e o historiador literário dominam vários saberes técnicos que lhes permitem ler de modo bastante preciso e inclusivo, mas não dão conta de todas as significações do texto. Por quê? Devido ao intervalo semântico e cronológico ou histórico que existe entre o texto e o leitor. Podemos citar o conto “Pierre Menard, autor do *Quixote*”, de Jorge Luis Borges.

Um teórico da literatura, Karlheinz Stierle, lembra que os contos de fada metem medo nas crianças porque elas os escutam recebendo o imaginário sem o simbólico. Sabemos com a psicanálise e a antropologia que, assim como a loucura, que ignora a sua própria ficção, a alienação é ignorância do arbitrário simbólico, quero dizer, ignorância da particularidade histórica da regra cultural e dos poderes da regra. Quando particularizamos a regra, evidenciando que ela é produzida historicamente e que, por ser artificial, não é essencial nem eterna, fica também evidente a finitude de tudo. Quem tem consciência dela também sabe que a morte é a condição de tudo o que diz e faz, principalmente a condição da sua liberdade, que também pode ser

sua liberdade como leitor. Assim, para pensarmos o que é um livro, temos de pensar o arbitrário que estrutura o texto e o leitor como sujeito da prática de leitura. Digamos que a leitura é um ato de enunciação, um ato em que o leitor repete os atos da enunciação do autor do texto, ocupando o lugar semiótico do destinatário dele. Como o texto e o leitor estão em pontos diferentes da história, a repetição nunca é coincidência. E como os atos de enunciação do autor são atos singulares, como fala ou discurso que produz enunciados intencionais, a leitura põe em relação duas singularidades, a da enunciação do texto e a da enunciação do leitor. No caso, o intervalo temporal entre o texto e o leitor também é um intervalo semântico e é nele que ocorrem as zonas de indeterminação da significação que Wolfgang Iser chamou de “vazios do texto”. Esses vazios correspondem a várias espécies de não coincidências entre os dois sujeitos de enunciação, o sujeito autor do texto e o sujeito leitor. São não coincidências gramaticais, retóricas, informacionais, ideológicas etc. Para ler bem, aquele leitor apenas ideal que construímos com pedaços de leitores reais deve reconhecer as coisas que dificilmente nós, como leitores individualizados, reconhecemos conscientemente quando lemos: deve reconhecer a historicidade das convenções simbólicas do texto e do seu próprio imaginário, como indivíduo que assume a posição de leitor apropriando-se da cultura do texto e do livro que o contém. Para tanto, deve ser capaz – e essa capacidade pressupõe muitíssimas outras coisas – deve ser capaz de reconstituir os esquemas técnicos, os gêneros, os estilos, as normas de regulação social, os conceitos presentes e as referências ausentes etc. com que o texto particular regula sua forma simbólica, e também as relações de citação, implicação, explicação, indução, dedução, inversão etc. que o texto estabelece com outros textos e eventos contemporâneos e anteriores, a comunicação ou os modos materiais de sua circulação e apropriação, além do valor que o texto assume no seu campo de conhecimento; simultaneamente, o leitor deve ser capaz de também definir sua posição de leitor como posição simbólica e imaginária particular, situada ou datada. A desconsideração do simbólico corresponde à ignorância do artificial do texto e da sua própria ficção como leitor e caracteriza a leitura inepta e insuficiente como ideologia, etnocentrismo ou universalização da particularidade do seu imaginário de leitor. Por isso mesmo, quando falamos de leitura, estamos necessariamente falando da forma do tempo. A forma do tempo marca uma ordem no “eu” de qualquer leitor, a ordem do que veio antes, do durante, do aqui e agora e do que ainda deve vir. Experiência do passado, sensação do presente, expectativa do futuro. Quando falamos dos textos dos livros e do leitor modelados por essa ordem, é fundamental lembrar a historicidade dos gêneros discursivos, inventados como modos sociais de classificar, distribuir e controlar os usos da linguagem, gêneros, que por sua vez se incluem em regimes discursivos não ficcionais, alguns deles pragmáticos, como os textos feitos para atingir coisas fora deles mesmos, os científicos, que pretendem sistematizar e

teorizar o universal, ou os textos que não admitem prova de realidade porque exigem crença, como os religiosos, e os textos ficcionais, que só podem ser criticados ou interpretados, mas não provados pela realidade, como os literários e poéticos de várias formações históricas, que são experiências com o possível produzidas por um ato de fingimento que tem diversas definições. Como sabem, entre esses há textos programaticamente escritos para produzir indeterminação e vazios na leitura, como os da grande literatura moderna que até ontem recusou a língua instrumental da sociedade capitalista, forçando os limites da significação em usos inesperados e improváveis. Textos científicos como um texto de física quântica devem ser absolutamente unívocos, mas pressupõem a divisão intelectual do trabalho e o trabalho intelectual da divisão, ou seja, leitores hiperespecializados nas definições com que os seus textos operam. Os textos pragmáticos, escritos para atingir coisas fora deles, como “Proibido pisar na grama”, são feitos para ser lidos por todos, mas também admitem leituras inesperadas que contrariam a sua normatividade, produzindo vazios intencionais como subversão da sua instrumentalidade, como na piada lusíada “Proibido pisar na grama, quem não souber ler pergunte ao guarda”. Em todos os casos, os textos não representam a realidade, pois a relação da linguagem com a realidade não é de reprodução, mas de produção de eventos simbólicos como ação e intervenção. O real não é texto e a linguagem não é a coisa extensa do real, mas um sistema de diferenças binárias, forma ou determinação do indeterminado, muito real como instituição social. Os textos recortam a forma na sua forma e também são reais, como produtos simbólicos de práticas simbólicas datadas que transformam e representam – uso o verbo como no teatro; põem em cena, teatralizam, dramatizam – matérias sociais ou representações sociais do presente, da sua produção na forma de mensagens particulares com que a leitura faz a relação fundamental entre a experiência do passado e expectativa de futuro do leitor e de sua cultura, formulando hipóteses sobre a realidade das coisas na presença do seu presente. A relação de experiência e expectativa é evidentemente histórica, variável e dependente dos modos de dar sentido à presença do tempo histórico, por isso mesmo ordenada por modelos culturais específicos e variáveis. Quanto ao leitor, é antes de tudo somente um homem, um ser temporal determinado pela morte. Ele tem uma vida arbitrária que, para continuar desejando os objetos que preenchem o buraco do seu eu e a falta de sentido da destruição que é sua história na história de sua sociedade, relaciona intencionalmente os conteúdos empíricos do seu presente com as representações que lê no texto enquanto “é agido” pelas sínteses passivas do tempo original do seu inconsciente. Aqui, uma coisa básica a ser lembrada é que o leitor deseja ler o texto e realmente o lê, mas também é lido pelo seu imaginário. Pensa ler e realmente lê, mas é lido pelos modos como a sua cultura organiza a experiência do tempo. Pensa ler e realmente lê, mas é lido pelo texto. O texto lê as legibilidades do leitor porque o leitor

é um corpo marcado já antes de nascer pelos signos da cultura que se falam nele como uma algaravia de textos contraditórios. Passivo, o leitor sofre o efeito do texto que lê, sempre posto entre as representações imaginárias que povoam sua história de vida e a regra simbólica que dá forma social a elas no texto e no seu corpo. Ativo, o leitor não lê apenas reproduzindo o imaginário e a regra simbólica, porque a reprodução mais fiel do texto lido acontece como diferença temporal e é reflexão e autor-reflexão, deslocamento e condensação das significações. Assim, quando falamos de leitura é fundamental dizer que, quando lê, antes mesmo de aprender qualquer coisa do texto, como os conteúdos dele, o leitor aprende com o próprio ato que a verdade do texto não é adequação, mas produção de novas significações e sentido. E isso porque, de vários modos, lendo o texto enquanto é lido por ele, formula conjuntos ou sínteses parciais que recolhem as formas do seu tempo de leitor em imagens possíveis do seu tempo de homem, como uma ação que resiste contra a morte dando sentido à presença do seu presente. O sentido não preexiste ao ato em que o leitor o inventa na leitura, pois não há nenhum sentido *a priori* nas coisas. A relação do leitor com as proposições do texto e com as coisas que elas nomeiam constitui objetos que não são algo prévio a ser simplesmente reconhecido, lembrado ou recitado, mas algo posto como limite do processo com que dá sentido à sua prática. Gilles Deleuze dizia que, do verdadeiro, nós temos sempre a parte que merecemos de acordo com o sentido do que dizemos. Os grandes textos científicos, filosóficos, históricos e literários estranham a familiaridade do leitor com as coisas e lhe fazem uma pergunta radical: “Você trouxe a chave?”. A verdade que o leitor produz em qualquer leitura é um resultado empírico do sentido que dá à resposta para essa questão.

Os textos não representam a realidade, pois são forma simbólica recortada na linguagem como uma determinação do indeterminado que põe em cena os modelos culturais que dão forma às práticas. Falando esquematicamente, um modelo cultural é uma síntese teórico-prática que relaciona a experiência do passado e a expectativa de futuro, dando significação e sentido à presença do presente. Os modelos culturais fundem normas de regulação social e esquemas de ação verbal em diversos níveis operatórios. Um deles é, por exemplo, teórico e consiste nos pressupostos epistemológicos, teorias, conceitos, categorias, definições, argumentos, provas, exemplos, opiniões, mitos e ideologias de um campo específico do conhecimento e da ação. Outro nível é pragmático e consiste nos preceitos que organizam o fazer e os modos de agir sobre as coisas e os estados de coisas, orientando politicamente o sentido da transformação delas segundo finalidades particulares. Outro, ainda, é técnico e corresponde à ordenação gramatical e retórica da forma da informação. Se pensamos “texto” como encenação de modelos culturais, podemos dizer que a leitura é uma tradução das figuras relevantes dos modelos culturais representados nele, ou seja, uma tradução feita como sínteses parciais da teoria, da pragmática e da técnica

que ele dramatiza. O leitor traduz a informação nova do texto por meio das informações que conhece e, em geral, faz paráfrases e interpretações e, muitas vezes, como é comum na instituição escolar, só faz paráfrases e só faz hiperinterpretações. Nesses dois casos extremos, pela paráfrase reproduz quase que literalmente a informação semântica do texto, sendo como que falado ou dominado pela sua estrutura, sem distanciamento. Na USP, faz alguns anos, em um curso de Graduação sobre o romantismo brasileiro, propus como trabalho possível a crítica de um ensaio de Antonio Candido sobre o romance de Manuel Antônio de Almeida, *Memórias de um sargento de milícias*. Uma aluna me entregou um texto em que abria aspas, reproduzia o título do ensaio, “Dialética da malandragem”, o nome do autor, AC, e fazia a cópia totalmente integral do texto, fechando as aspas no final e pondo, depois delas, uma data e sua assinatura. Achei extraordinária a repetição. Pensando que a sua diferença poderia significar alguma coisa ironicamente borgiana, que seria muito interessante como o projeto de Pierre Menard de reescrever o *Dom Quixote*, chamei a aluna, uma japonesa simpática e muito tímida que falava português com sotaque bastante carregado, e lhe perguntei o que tinha pretendido. Ela sorriu, fez uma reverência e me disse: “Professoro Cá-n-dido, otôo-ridá-de”. Aqui aconteceu no grau máximo o que ocorre diariamente na instituição escolar e nos aparelhos ideológicos que predeterminam a significação e o sentido dos textos, propondo-os como tendo uma verdade unívoca, acabada e fechada que deve ser parafraseada, pois não admite a produção de significações divergentes da que autorizam. Aqui, como disse minha aluna, a autoria do texto, mais que o próprio texto, é autoridade. Candido é realmente uma autoridade da crítica literária, mas minha aluna não considerava que seus textos são publicados, ou seja, os textos como objetos públicos pressupõem justamente a oposição de público e privado. Minha aluna agiu como se vivesse, por exemplo, no século XVII, em que essa oposição não existia e ela fosse, como parte do público da representação, apenas uma testemunha da autoridade do texto, obrigada a reconhecer e a repetir sua posição de público subordinado. Se ela vivesse no século XVII e tivesse a oportunidade de ouvir o “Sermão de Santo Antônio” que o padre Vieira pregou em 1656, sua repetição literal do texto e sua declaração de que a autoria é autoridade não causariam estranheza e provavelmente seriam aplaudidas, sendo objeto de louvor. Vieira diz, nesse sermão, que teve um pensamento que lhe pareceu não ter autoridade porque, quando o pensou, não se lembrou de nenhum autor canônico que já o tivesse dito. Mas, diz logo em seguida: “Assim o tinha eu imaginado com algum receyo, por ser pensamento sem Author; quando venturosamente o fui achar em Santo Agostinho no livro 2 de *Trinitate*, onde excita, & resolve a questão pelo mesmo fundamento” (VIEIRA, 1951, p. 188). Ou seja, se Santo Agostinho pensa isso e diz isso, também posso e principalmente devo pensar isso e dizer isso. A total repetição da paráfrase da minha aluna evidenciava muitas outras coisas sobre sua posição como

leitora, como a educação autoritária que deve ter recebido, sua posição como aluna nos cursos da USP, como mulher etc. etc. O outro modo também extremo de ler é a hiperinterpretação, em que o leitor, principalmente o leitor escolar, descobre intenções que o autor quis dizer mas não disse, subordinando projetivamente a informação do texto ao seu imaginário, sem observar que sua interpretação deve ter limites determinados pela regulação retórica do gênero e do regime discursivo do texto. Por vezes, nem isso, quando o próprio texto deixa de existir na leitura. Já referi esse caso, mas quero repeti-lo porque é exemplar. Há três anos, alunos de último ano do Ensino Médio noturno de uma escola pública de Carapicuíba, observados por uma orientanda minha que fazia uma pesquisa sobre representações da leitura literária, tinham de ler a proposição de *Os Lusíadas* que a professora lhes passou em cópias mimeografadas. Quando ela lhes perguntou o que entendiam pelo verso “As armas e os barões assinalados”, dois ou três deles disseram “Armas, *fessora*, os *estilete* e os .38”. Aqui, o imaginário policial eliminou as convenções da épica, ou seja, ignorou que se tratava de um texto, e de um texto com historicidade própria. A professora reclamou, disse que o texto era do século XVI, um tempo com muitas técnicas aperfeiçoadas de matar, mas não com revólveres .38. Mas um aluno perguntou o que queria dizer “século XVI”, o que também demonstra que a leitura escolar pressupõe outras determinações básicas, como a de uma educação pública decente que não dependesse das armadilhas dos governos tucanos e petistas que temos tido há séculos. Nos dois exemplos, temos dois casos paradigmáticos de leitura que não é propriamente leitura errada, mas leitura besta: a leitura dominada pela autoridade do valor institucional da autoria do texto e a leitura dominada pelo imaginário do leitor. A besteira que é rotineira na leitura escolar de alunos e professores não é erro e distingue-se do erro. Classicamente, o erro toma o falso por verdadeiro. Classicamente, o erro é o reverso de uma ortodoxia racional e testemunha em favor da verdade suposta de que a leitura se desvia. A besteira, não. A besteira se relaciona ao processo de individualização e faz falar uma vontade obtusa, cheia de si sem si como falta de forma simbólica do imaginário bruto, que irrompe sem fazer distinções, impondo-se à força. Podemos supor que, em cada leitura, deve haver um ponto por assim dizer “médio” de reconhecimento do artifício da representação do texto, segundo seu gênero e seu regime discursivo, e também do artifício social que regula o imaginário do leitor. É justamente porque reconhece o arbitrário cultural das normas e dos esquemas do texto que o leitor também reconhece o arbitrário cultural do seu imaginário e, com isso, pode interferir neles, transformando-o produtivamente. Evidentemente, a coincidência do leitor com o destinatário textual é sempre parcial, pois ambos estão em pontos diferentes da história, como disse. Os “vazios do texto” decorrentes desse intervalo podem ser armadilhas e somente são preenchidos, e nunca totalmente, quando o leitor é capaz de considerar as diferenças culturais que compõem o

intervalo para historicizar a leitura como prática datada. Adiante, volto a falar nisso. Antes, lembrando os casos extremos da obediência besta da minha aluna e da besteira bárbara dos alunos leitores de Camões, é útil dizer diretamente o que estou apalpando desde que comecei com o exemplo da minha aluna: o leitor é sempre uma parcialidade parcial.

No País das Maravilhas, como sabem, Alice diz que nunca ninguém falaria nada se pensasse antes de falar. Do mesmo modo, na leitura; seria extremamente desencorajador e mesmo impossível ler qualquer coisa se, antes de começar, o leitor pensasse no que realmente acontece quando lê, quero dizer, se sempre pensasse que está totalmente só e que, em frente ao texto, tem de pressupor a série cultural em que ele se inclui e a complexidade sempre crescente dos conjuntos intotalizáveis das interpretações polêmicas que já foram feitas e que ainda estão por fazer sobre ele. A leitura pareceria mais improvável ainda se, antes de começar, o leitor também tivesse de ter consciência de todas as determinações históricas da sua individuação como indivíduo situado em uma história de vida particular que começa com o teatrinho de papai e mamãe e continua com o sexo e a classe e a família e a instituição escolar e as contingências da vida social etc., e tudo isso em um ponto do tempo que sempre é outro, o do seu presente atual de leitor, que sempre é o presente de uma história confusa, diferente do presente tecnicamente congelado do tempo do texto. Mas o leitor lê, apesar de tudo, como parcialidade: seu conhecimento das determinações do texto e de suas determinações psicológicas e sociais como indivíduo é sempre parcial, quero dizer, o leitor é uma parcialidade parcial. Aqui, uma armadilha que o espera é o próprio modo que ordena sua não coincidência com o texto – por exemplo, quando não entende as palavras, quando não entende a ordem sintática, quando confunde uma informação do texto com outra, quando confunde os processos simbólicos do texto com processos empíricos, quando não percebe níveis operatórios do texto, quando se desvia de uma medida dada por autoridades como correta para ler bem, quando seu bom-senso falha em relação ao senso comum de uma comunidade de leitura, quando a sua interpretação escapa da ortodoxia etc. As modalidades da imprecisão são infinitas e as únicas que interessam são as imprecisões precisas, as intencionais. A leitura e a tradução dos Sozzini que a Inquisição interpretou como erro eram intencionalmente políticas como leitura ateia da *Bíblia*, que transforma a palavra de verdade de Deus defendida pelo pensamento dogmático da Igreja no produto contingente de um ato de fingir. Leram a *Bíblia* como quem lê um romance, afirmando que o texto sagrado é produto de um ato humano de fingimento que o produz como ficção. Na maior parte das vezes, infelizmente, o leitor não produz imprecisões intencionais quando lê, pois é lido. Para inventar alternativas para essa situação, e essa é outra coisa fundamental, o leitor tem de reconhecer a ordem simbólica. Não se trata de fundar substantivamente a autoridade da enunciação do



texto em indivíduos, como fez a minha aluna, ou em instituições, como fez a Santa Inquisição, mas trata-se de particularizar as contingências de um corpo, o do leitor, em uma situação determinada, relacionando-as com um lugar institucional, caso da leitura escolar, artificialmente construído de um tempo histórico.

Assim, outra coisa que me parece fundamental é voltar ao intervalo e dizer que a leitura põe em contato duas séries heterogêneas que correm paralelamente uma à outra. O texto lê o leitor que lê o texto no intervalo. Nele é que acontecem os vazios do texto, como diz Iser. É no intervalo, quando a comunicação é estabelecida entre as duas séries, o leitor e o texto, que as consequências são felizmente imprevisíveis e incontrolláveis. Como diz Deleuze, alguma coisa passa entre as bordas ou os limites desse “entre”, estouram acontecimentos e fulguram fenômenos do tipo relâmpago e raio. Aqui encontramos os modelos culturais que regulam a forma da experiência do tempo histórico comunicada no intervalo. O intervalo temporal entre texto e leitor às vezes é muito pequeno, quando por exemplo eles são da mesma formação histórica e os modelos culturais que ordenam o presente do texto são os mesmos do presente da cultura do leitor. Imaginemos um leitor de textos pragmáticos da *Folha de S. Paulo*, ou de textos científicos ou técnicos sobre a produção do etanol, ou de um romance de José Lins do Rego, Malcolm Lowry ou Paulo Coelho. Mas o intervalo semântico, mesmo quando o intervalo temporal é pequeno, pode ser intransponível, pois pressupõe a situação de classe e a posição de classe do leitor, sua instrução, sua educação, sua informação, suas competências técnicas etc. Como sabem, a situação de classe do leitor não determina necessariamente a qualidade da sua leitura: há excelentes leitores proletários e leitores burgueses absolutamente estúpidos. O intervalo geralmente é grande, e às vezes é um buraco negro impossível de entender, quando o texto e o leitor são de formações históricas muito diferentes. Como ler hoje os glifos maias de Palenque, as inscrições de Dario que se abrem para o abismo na montanha no Irã, os enunciados latinos gravados a trinta metros de altura na Coluna de Trajano em Roma? Quem é seu leitor? Especialistas, hoje. No seu tempo, provavelmente os deuses. Como ler textos do Antigo Regime, como os coloniais, que pressupõem outros conceitos de tempo histórico, poder, pessoa, autoria, texto e público, e não conhecem categorias como “literatura”, “originalidade”, “plágio”, “direitos autorais” e os estilos que os classificam unitariamente nas nossas histórias literárias, Classicismo, Barroco, Neoclassicismo etc.? Provavelmente, com a tristeza necessária para reconstruir Cartago. Por vezes, ainda, e é o caso da nossa condição contemporânea, o intervalo não pressupõe a continuidade temporal, mas o descontínuo, em que outras modalidades de sujeito, outras concepções de realidade, outras definições de linguagem, outros sentidos para o tempo histórico passam a valer. Hoje, por exemplo, ainda não inventamos categorias adequadas para dar conta da mudança dos modos de conceber a experiência no tempo desde que as utopias iluministas foram

consideradas extintas. Lemos os textos de ficção de hoje, que não mais pressupõem as categorias iluministas de ontem, com as categorias iluministas de ontem. Somos não contemporâneos da nossa contemporaneidade, o que é uma forma de alienação. De todo modo, para ler preenchendo o intervalo temporal e semântico, o leitor tem antes de tudo de suplementar a sua própria insignificância, a sua falta de significação.

Para isso, antes de acabar, lembro outra coisa fundamental. Deve valer para qualquer leitura o que os teóricos alemães da estética da recepção e da leitura propõem para o texto de ficção. Sabemos que o texto de ficção funciona como a sua própria poética, pois sua enunciação é construída como figuração intencional de um ato de fala fingido ou contingente em que o papel do autor se relaciona com o próprio texto, não com os objetos, ações e eventos figurados nele como coisas exteriores, como acontece nos textos não ficcionais. A enunciação ficcional finge um ato de comunicação que transforma matérias sociais produzindo efeitos de realidade para o destinatário. Quando ocupa o lugar do destinatário, o leitor tem de estabelecer uma relação de comunicação fingida com as coisas figuradas sem confundir o processo fictício de produção de seres imaginários com a vida empírica. Como diz Stierle, seu papel como leitor independe do contexto da sua história pessoal como leitor. Como leitor, deve refazer os atos da invenção do texto, que são atos intencionais. Para isso, a unidade mínima da leitura é a palavra ou o significante, como “armas”, o primeiro termo do primeiro verso da proposição de *Os Lusíadas*, “As armas e os barões assinalados”, para o qual deve atribuir um significado, fazendo uma equivalência ou tradução com que reconhece uma figura relevante que deve relacionar com outras figuras relevantes. Evidentemente, no texto a palavra não está em “estado de dicionário”. Seu significado não é unívoco, pois não é somente significado dicionarizado, mas retórico, resultante de uma enunciação intencional que relaciona a palavra com matérias simbólicas contemporâneas e anteriores, citadas ou pressupostas. A enunciação desloca e condensa a significação da palavra, fazendo com que admita significações simultâneas e inesperadas nas associações que ela estabelece com as palavras anteriores e as posteriores da sequência e entre a palavra e as referências culturais ausentes que são citadas ou ficam implícitas. Voltando ao exemplo dos alunos que tiveram de ler *Os Lusíadas*: eles deveriam saber de algum modo que “armas” é uma parte pelo todo, uma sinédoque, como palavra que significa “armas” e que vale por “guerras” ou “feitos militares”, significando indiretamente as guerras da história medieval portuguesa. Mas “armas” também é tópica do gênero épico doutrinado na poética aristotélica e, no caso de *Os Lusíadas*, relaciona-se às virtudes feudais que definem o caráter e a ação dos heróis portugueses como força, coragem, lealdade e honra. Também é imitação do primeiro verso da *Eneida*: *Arma virumque cano*, “Canto as armas e o varão”. E, principalmente, é um protocolo de leitura: indica que o leitor deve ler de um modo, o épico, não de qualquer modo.

O ato de ler é uma redução, como diz Stierle, ou um ato produtor de sínteses parciais. O texto é um tecido de proposições, ou seja, uma complicação, literalmente, um conjunto de relações simultâneas que se desdobram horizontalmente na sequência e verticalmente nas referências, relacionando-se com outros desdobramentos. As palavras se ordenam em sequência e o leitor também deve observar sua ordem sintática, que é funcional: a sintaxe é um esquema das relações dos significados, esquema que situa, distribui, contextualiza e diagrama o significado de cada palavra isolada para construir novas significações horizontais com a relação estabelecida entre elas. No caso de *Os Lusíadas*, os alunos teriam de observar que o termo “armas” está imediatamente ligado à expressão “barões assinalados”, “varões”, homens, também “barões”, fidalgos, que são “assinalados”, famosos por seus feitos, com a honra e a glória históricas das armas que o canto épico começa a eternizar. Assim, a expressão “armas e barões assinalados” é uma antecipação, uma síntese prévia da matéria, do gênero e do estilo do poema, matéria que o poeta realça gramaticalmente como objeto direto posto antes de tudo como os dois primeiros termos épicos da proposição. Assim, o eventual leitor de Camões deve observar que já no primeiro verso o poema fornece o protocolo da leitura adequada. Logo, também deve saber que o verbo desse objeto direto aparece somente quinze versos depois, “espalharei”, no verso “Cantando espalharei por toda parte” (“As armas e os barões assinalados”), porque o poeta ocupa os primeiros quatorze versos para detalhar sua longa matéria histórica: a história de Portugal do século XII ao século XVI e a viagem de Vasco da Gama à Índia, no final do século XV, como as ideias principais condensadas e anunciadas em “armas e barões”.

Em qualquer leitura, o leitor tem de descomplicar a complicação do texto e, para isso, tem de operar as implicações dele: tem de dominar repertórios de informação muito variados. No caso de *Os Lusíadas*, esquemas de ação verbal, como a informação de que o canto é composto com engenho, a faculdade intelectual do juízo, e com arte, os preceitos técnicos do gênero. Também tem de conhecer normas de regulação social do tempo de Camões, como a oposição de honra fidalga a vulgaridade mercantil. E informações factuais, como as relativas aos contatos portugueses com lugares da África Oriental, como Melinde, Mombaça, Sofala etc. E referências poéticas, versos e personagens de Homero, Virgílio, Ovídio, Horácio, Boiardo, Ariosto etc. E referências mitológicas, deuses olímpicos, ninfas aquáticas e seus atributos. E referências filosóficas, teológicas, éticas, hagiográficas, categorias e classificações que remetem a leitura para os sistemas simbólicos de várias tradições transformadas metaforicamente no poema.

A significação de cada palavra é obtida por uma hipótese que o leitor constrói com procedimentos de seleção, redução, equivalência, tradução e contextualização dos significados dos termos que relaciona na sequência. Evidentemente, o texto relaciona

o significado de termos, e, no caso de Camões, versos e episódios com interpretações culturais contemporâneas que especificam o que é verdadeiro e verossímil. As interpretações prescrevem e determinam associações que hoje, quando o mundo de Camões está extinto, não são evidentes. Por isso, o leitor tem de fazer uma hipótese arqueológica sobre a relação horizontal ou presente dos termos e dos versos; e também sobre as relações deles com referências ausentes, imitadas, citadas, estilizadas ou parodiadas. Para isso, o leitor deve preencher os vazios semânticos que se produzem na justaposição e na distância dos termos e também no estilo, nas referências a poetas, filósofos, historiadores, geômetras e astrônomos antigos. E também deve observar a alternância da narração épica, em que o poeta conta a ação diretamente, e da encenação dramática, em que personagens como Vasco da Gama e Paulo da Gama falam. O leitor deve se orientar pelo modo específico da invenção da forma, enfim, entendendo a forma como produto artificioso de um ato de fingir ordenado por preceitos miméticos do gênero épico que transformam a matéria histórica do reino de Portugal. Pareceria até impossível ler considerando todas essas coisas, mas o leitor sempre lê, de um modo ou de outro, reconstituindo essa estrutura fundamental determinada pelo gênero e refazendo a cada momento as escolhas feitas pelo poeta, e, simultaneamente, fazendo as associações da sua liberdade de leitor, sempre limitada pelas regras dessa estrutura. Como disse, há sempre um desnível entre a enunciação do texto e a leitura dele e a significação produzida tende a ser uma tensão de fechamento e abertura, clareza e hermetismo, determinação e indeterminação. A leitura transforma o poema e o livro em um valor de uso inesperado, produzido como introdução de indeterminação semântica na determinação semiótica do discurso. A significação do texto de ficção não se esgota na interpretação temporalmente variável que fazemos dele. Mas, em qualquer leitura, que é por definição variável, o leitor deve encontrar a estrutura básica do texto, que permite justamente a comunicação do ato da sua invenção com a sua leitura. Isso também define o que é um livro.

### Referências

- BORGES, Jorge Luis. "Pierre Menard, autor de *Quixote*." In: *Obras completas*. Trad. Carlos Nejar. São Paulo, Globo, 1999, v. 1, p. 490-498.
- DELEUZE, Gilles. *Nietzsche et la philosophie*. Paris, PUF, 1962.
- LIMA, Luís Costa (trad. e org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1979.
- LIMA, Luís Costa (trad. e org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. 2. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983, 2 v.
- VIEIRA, Antônio. "Sermão de Santo Antônio." In: *Sermões*. Lisboa, Lello & Ir., 1951, v. 7, p. 175-223.